

ESFORÇO PELA PEC PARALELA

Impasse em torno da fixação dos tetos estaduais dos vencimentos de algumas categorias profissionais adiou para hoje a votação da proposta que ameniza os efeitos da reforma previdenciária de 2003

Gerardo Magela



Marcia Kallume



Célio Azevedo



Morieira Moritz

Por mais de quatro horas, os senadores discutiram ontem a proposta de emenda constitucional que abranda os efeitos da reforma da Previdência aprovada em 2003. Na hora da votação, surgiu o impasse, porque chegou-se à conclusão de que delegados, advogados e agentes tributários dos estados poderiam ficar de fora do subteto do Judiciário. Na sessão de hoje, será tentada uma solução.

Página 3

Agricultura familiar pode fornecer ao Fome Zero

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou ontem projeto que dá preferência aos pequenos produtores rurais nas compras do governo para programas de distribuição de alimentos – como o Fome Zero – e para a merenda escolar.

Página 6

MOVIMENTO Dia agitado no Congresso Nacional: produtores rurais com 3 mil tratores, acampados por toda a Esplanada dos Ministérios, ameaçam invadir a sede do Legislativo federal e negociam um recuo com senadores. Na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, é aprovado projeto de lei que privilegia a agricultura familiar nas compras governamentais, enquanto no Plenário os senadores discutem a crise no campo e a PEC Paralela da Previdência

DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO

Instalada a CPI dos Bingos. Falta o relator

Ligações de ex-assessor da Casa Civil com empresário do bingo devem ser analisadas pela comissão de inquérito.



INÍCIO Entre José Agripino e Mozarildo Cavalcanti, Efraim Morais é eleito presidente da nova comissão parlamentar de inquérito



PAUTA Hoje pela manhã, a CPI vota a quebra de sigilo das empresas de Marcos Valério e, à tarde, ouve Roberto Jefferson

Publicitário tem sigilo quebrado

Além do publicitário Marcos Valério (pessoa física), quem teve sigilo quebrado foi o empresário Arthur Wascheck.

Agenda



Plenário vota PEC Paralela da Previdência

A PEC Paralela da Previdência – proposta de emenda constitucional que ameniza os efeitos da reforma da Previdência Social (PEC 77-A/03) – deve ser votada em Plenário, em sessão extraordinária a partir das 10h. Um acordo entre líderes partidários possibilitou a

apreciação da matéria em regime de urgência. Seu relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), retomou texto já aprovado no Senado e que havia sido modificado na Câmara. Às 20h, haverá sessão do Congresso para leitura de expedientes, inclusive o requerimento da CPI do Mensalão.

Renan inaugura pregão e vai à posse do procurador-geral

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, deverá participar de reunião da Comissão Diretora às 9h, quando será divulgada a introdução de um sistema de pregão

eletrônico para uso nos processos de compra de materiais pela Casa. Às 10h, Renan deve comparecer à cerimônia de posse do recém-nomeado procurador-geral da

República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, que ocupará a vaga deixada por Cláudio Fonteles. Antonio Fernando era vice de Fonteles na Procuradoria Geral.

Roberto Jefferson depõe na CPI dos Correios

Às 14h, a CPI mista que investiga denúncia de corrupção nos Correios ouve o depoimento do ex-presidente nacional do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ). Ele foi citado na gravação em vídeo que gerou

a denúncia de ser ele coordenador do sistema de arrecadação de propinas em estatais. Posteriormente, o deputado acusou o governo de pagar à base aliada uma mesada, que alcunhou de “mensalão”.



Dízimo partidário em discussão na CCJ

O primeiro item a ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reunião marcada para as 10h, é o projeto que

proíbe a contribuição partidária dos filiados que exercem cargos por indicação política na administração pública (PLS 384/03). A prática, co-

nhecida como dízimo, é prevista em quase todos os estatutos dos partidos, mas ganhou visibilidade por ser amplamente utilizada pelo PT.



Metas de qualidade para a comunicação

As metas de qualidade da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para os Serviços de Comunicação Eletrônica de Massa são o tema da reunião do Conselho de Comunicação Social, às 10h. Comparecem à reunião o diretor-

executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, Alexandre Annenberg, e o presidente da Associação Brasileira de Empresas de Telecomunicações e Melhoramentos de Imagens e Atividades Afins, Giovander Silveira.

Ministro discute Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul discute a circulação nas fronteiras da comunidade internacional com o ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, e o assessor técnico do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Francisco de Paula Magalhães, entre outros.

Meirelles fala nas comissões

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, participa de reunião conjunta das comissões Mista de Orçamento (CMO), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CMA). O tema é o impacto e os custos fiscais decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial no segundo semestre de 2004.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Virgílio denuncia manobra governista na Câmara

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) interrompeu a discussão da PEC Paralela da Previdência ontem para denunciar o que chamou de manobra governista na Câmara.

O presidente da República publicou no *Diário Oficial* da União (DOU) de ontem medida provisória (MP 254/05) que revoga a MP da Timemania, que trancava a pauta da Câmara. Com isso, poderia ser votado o Projeto de Resolução 248/05, de autoria dos deputados



"ESPANTO" Para Arthur Virgílio, governo revoga MP para criar CPI pedida por Mabel e Janene

Sandro Mabel (PL-GO) e José Janene (PP-PR), denunciados como participantes do esquema de pagamento de “mensalão”. A proposta cria a CPI que poderá investigar as denúncias do suposto pagamento do chamado “mensalão” a deputados do PP e do PL, assim como as suspeitas de compra de votos para a apro-

vação da emenda da reeleição para cargos do Poder Executivo, em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso.

– É de espantar, é um despaupério. É o presidente revogando

uma MP para que se aprove uma CPI; é um complô para controlar a CPI e chegar apenas à cassação de Roberto Jefferson. Isso é insano, é desmoralização para o Congresso – disse.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), reagiu e afirmou

que trata-se apenas de um esforço do governo para instalar uma CPI que investigue as “graves denúncias contra membros da Câmara”. O senador petista enfatizou que o governo não prejudica a tramitação da MP da Timemania ao retirá-la de pauta, pois a matéria poderá ser retomada no próximo semestre.

Hélio Costa elogia liberação de recursos para o metrô de BH

O senador Hélio Costa (MG) representou seu partido, o PMDB, na reunião de líderes ocorrida ontem com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O senador informou que o ministro prometeu a liberação de R\$ 81 milhões para a complementação da linha 1 do metrô de Belo Horizonte, que há dez anos espera para ser concluído. Segundo Hélio Costa, o ministro assegurou ainda recursos para os metrô de Fortaleza e Salvador.

– Esse é o caminho que o governo encontra para mostrar sua ação efetiva, fazendo com que obras importantes, paralisadas pelo governo anterior, tenham continuidade. Obras fundamentais para cidades como Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador – assinalou o senador.

Hélio Costa disse que os líderes que estiveram com Palocci formarão uma comissão extra-oficial com a tarefa de acompanhar a liberação dos recursos.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Homenagem a Paulo Brossard

Os senadores Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e Jefferson Péres (PDT-AM) saudaram a presença ontem em Plenário do ex-ministro e ex-senador Paulo Brossard. Ambos exaltaram a “estatura moral e intelectual” de Brossard. Também destacaram que, mesmo com a chancela de ex-senador, recusou-se a circular livremente pelo Plenário.

Após a homenagem, Jefferson também disse não concordar com o rito de tramitação, no Senado, da PEC Paralela.

– Discordo da quebra de prazos e da realização de sessões sucessivas. É uma forma de fazer de conta que se cumpre o regimento – protestou.

Moreira Mariz



POLÊMICA Impasse sobre subteto para delegados, advogados e agentes tributários impediu votação da proposta

Votação da PEC Paralela da Previdência fica para hoje

■ **Discordância em relação ao parecer do relator gerou impasse e impediu apreciação na sessão de ontem**

Os senadores presentes no Plenário ontem chegaram a um impasse e não conseguiram votar a proposta de emenda constitucional conhecida por PEC Paralela da Previdência, que restabelece benefícios dos aposentados do serviço público retirados na reforma previdenciária feita em 2003. O impasse ocorreu apesar de um acordo partidário feito na véspera para garantir a aprovação. O presidente do Senado, Renan Calheiros, adiou a votação para uma sessão extraordinária hoje às 10h.

Por mais de quatro horas, os senadores discutiram a proposta (PEC 77A/03) e, na hora da votação, houve impasse porque o relator da PEC, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), não aceitara uma inovação feita durante a apreciação da matéria na Câmara dos Deputados. Os deputados fixaram o subteto dos delegados, advogados e agentes tributários em até 90,25% do vencimento do ministro do Supremo Tribunal

Federal (STF) – limite que já vale hoje para desembargadores.

Tourinho sustentou da tribuna que ouviu de 22 dos 27 governadores que a mudança do subteto poderia onerar as finanças estaduais e comprometer a Lei de Responsabilidade Fiscal. O senador concordou com os governadores e rejeitou a parte do texto que trata do assunto.

O Plenário enfrentou um dilema: se rejeitasse a proposta do relator de não beneficiar os delegados, agentes tributários e advogados (cujos representantes lotavam as galerias), estaria também rejeitando a volta da paridade aos pensionistas (reajustes salariais iguais aos concedidos aos funcionários da ativa).

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), propôs o adiamento da votação para agosto, depois do recesso parlamentar – atitude inicialmente apoiada pelo PFL. Para ele, há necessidade de uma rediscussão do assunto.

Por alguns momentos, houve a impressão de que a PEC Paralela só seria de fato votada em agosto. Mas o senador Paulo Paim (PT-RS), que no final de 2003 apoiou a PEC Paralela para que ocorresse a votação da reforma previdenciária no Senado, fez discurso veemente pela votação.

– Se a PEC Paralela não for votada agora, não será em agosto, nem em setembro, nem em outubro. Ela vai para as calendárias gregas. E quem perde são os servidores públicos, que não terão paridade quando se aposentarem – sustentou Paim.

Depois da intervenção do petista, uma parte do Plenário tentou convencer Tourinho a modificar seu parecer. No final, por sugestão dos líderes, Renan Calheiros adiou a votação para hoje. Ele convocou uma reunião de líderes para tentar um acordo sobre a votação.

Modificações

Dos 19 pontos tratados pela PEC Paralela aprovada na Câmara, Tourinho suprimiu dois, aceitou 14 com texto intacto e propôs mudança nos outros três. Os 14 aceitos podem ser promulgados imediatamente, enquanto os três alterados deverão voltar ao exame dos deputados.

Entre os pontos que têm apoio do relator, está a volta da paridade para os aposentados do serviço público, a adoção de critérios diferenciados para aposentadoria de deficientes e a criação de um sistema especial de contribuição para trabalhadores de baixa renda, inclusive donas de casa.

Senadores defendem benefício para servidores

O clima de polêmica marcou o processo de discussão da PEC Paralela da Previdência ontem no Plenário do Senado. Senadores governistas e opositoristas se uniram em torno da manutenção de emenda aprovada pela Câmara, mas excluída do parecer do relator Rodolpho Tourinho, que estendia a policiais, defensores públicos e auditores fiscais estaduais o subteto do Poder Judiciário.

A defesa da questão foi aberta pelos pefelistas Romeu Tuma (SP) e Edison Lobão (MA), seguidos pelos senadores Leonel Pavan (PSDB-SC) e Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AL). Para restabelecer a medida, Tuma chegou a apresentar destaque para incorporá-la novamente ao texto da PEC Paralela.

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) também se mostrou favorável à aprovação do destaque e discordou da tese de que a manutenção do subteto acarrete aumento de despesas para os estados. Ainda em defesa da proposta, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS)



REJEIÇÃO Proposta de Tourinho, com aval de governadores, causou discussão no Plenário

observou que aumento de salário para servidores depende de projeto de lei de iniciativa dos governadores, que teriam pressionado Tourinho a derrubar a emenda. Na ocasião, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apelou ao Senado pela ratificação do texto aprovado pela Câmara, evitando assim o retorno da PEC Paralela àquela Casa.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) foi outro a declarar apoio ao subteto reivindicado pelos servidores estaduais e apontou como um dos méritos da PEC Paralela a fixação de regras de transição que beneficiam quem está

prestes a se aposentar.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) também exaltou pontos da PEC Paralela, como integralidade, paridade de pensionistas, aposentadoria das donas de casa, aposentadoria especial para deficientes e isenção de contribuição de aposentados com doenças incapacitantes. Em relação aos portadores de necessidades especiais, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) reivindicou a aprovação de emenda de sua autoria que garante critérios diferenciados para esses cidadãos no momento da aposentadoria.

Para o senador Tião Viana (PT-AC), seria inócua apresentação de destaques no Senado para restabelecer o subteto des-

as categorias, já que só a Câmara teria condições regimentais de tratar do assunto. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que respeitava o parecer de Tourinho, mas argumentou que sua aprovação inviabilizaria a possibilidade de concessão de subteto aos ser-

vidores estaduais.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também acolheu o pleito dos servidores estaduais, sustentando que, em vez de aumento, eles reivindicam proteção da legislação em seu exercício profissional.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) viu como um erro ter aceitado o pedido de dispensa da apreciação da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) expressou seu apoio às ponderações de Tuma e Heloísa em defesa do subteto para parte do funcionalismo estadual.

Plenário terá pauta carregada na sessão extraordinária de hoje

A PEC Paralela não será a única matéria a ser apreciada na sessão extraordinária convocada para hoje. As matérias que constavam da ordem do dia na terça-feira continuarão sendo discutidas e votadas.

Estão na pauta a continuação da votação, em primeiro turno,

de três propostas de emenda constitucional: a PEC 31/00, que beneficia com licença-maternidade as mulheres que adotarem crianças; a PEC 29/02, que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

(Fundef); e a PEC 12/04, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre os processos em andamento de criação de novos municípios.

Esta será também a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, das PECs

12/03, que define a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia, e 87/03, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-território de Rondônia.

Será discutida ainda, em primeiro turno, a PEC 42/03, que

altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, além do Projeto de Lei do Senado 142/05, originado da CPI do Desmanche.



Paulo Paim e Magno Malta, da base de apoio ao governo, garantem quórum para reunião que possibilitou instalação da CPI dos Bingos. Comissão que investiga denúncias nos Correios aprova abertura de sigilo telefônico, bancário e fiscal de envolvidos

CPI dos Bingos investigará o caso Waldomiro Diniz

O Senado instalou ontem a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, com 15 integrantes, que vai apurar – além das denúncias de utilização dessas casas de jogo em lavagem de dinheiro do crime organizado – o caso Waldomiro Diniz. Ex-assessor do então ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu, Waldomiro é acusado de pedir propina ao empresário do jogo Carlinhos Cachoeira.

Por unanimidade, o senador Efraim Morais (PFL-PB) foi escolhido presidente da CPI e o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), vice-presidente.

Efraim ofereceu a relatoria da comissão ao bloco de apoio do governo, apesar de a maioria de seus integrantes não ter comparecido à reunião.

São os seguintes os integrantes da CPI: pelo PFL, Romeu Tuma (SP), Antonio Carlos Magalhães (BA) e Efraim Morais; pelo PSDB, Reginaldo Duarte (CE) e Leonel Pavan (SC); pelo PMDB, Valdir Raupp (RO), Hélio Costa (MG), Leomar Quintanilha (TO) e Garibaldi Alves Filho (RN); pelo bloco do governo, Paulo Paim (PT-RS), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Fátima Cleide (PT-RO) e Magno

Malta (PL-ES); pelo PDT, Juvêncio da Fonseca (MS), e pelo PTB, Mozarildo Cavalcanti.

A instalação da CPI só foi possível porque Paulo Paim e Magno Malta, apesar de integrar o bloco de apoio ao governo, deram quórum para a reunião, que necessitava da presença de pelo menos nove senadores.

O líder do PFL, José Agripino (RN), avaliou o fato como uma vitória do Senado, que desde fevereiro de 2004 tentava iniciar as investigações, sem que a base do governo, à época, indicasse seus representantes na comissão.



TAREFAS CPI dos Correios aprova agenda proposta por Delcídio para primeira quinzena de julho, com reuniões para depoimentos e análise de documentos

Autorizada quebra de sigilos de Valério e Wascheck

Os integrantes da CPI que investiga denúncias de corrupção nos Correios votaram uma série de requerimentos na tarde de ontem. Entre esses, os que transferem para a comissão os sigilos fiscal, bancário e telefônico, dos últimos cinco anos, dos empresários Arthur Wascheck Neto, dono da Comam (Comercial Alvorada de Manufaturados), e Marcos Valério (pessoa física), proprietário das agências de propaganda DNA e SMP&B, envolvidas nas acusações de pagamento de mesada para deputados.

Pela manhã, o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), anunciou uma proposta de agenda de trabalho para as duas primeiras semanas de julho, aprovada pelos parlamentares. Ficou definido que a comissão irá reunir-se às terças e quartas-feiras, sempre às 9h, para ouvir depoimentos. Os outros dias da semana serão destinados à análise de documentos e investigações.

Agentes

Na próxima terça-feira, serão ouvidos outros implicados na gravação que originou o pedido de CPI. São esperados Jairo Martins, José Fortuna Neves, Edgard Lange e Kasser Bittar. Os três primeiros são agentes ou ex-agentes do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) ou da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Bittar teria apresentado Jairo Martins a Arthur Wascheck, mandante confesso da gravação.

Os requerimentos em relação aos quais havia consenso foram votados em bloco e aprovados. Ficaram determinadas a iden-

tificação dos saques no Banco Rural das agências SMP&B e DNA desde 2003 e a requisição dos seguintes documentos: cópia da agenda de compromissos da ex-secretária de Marcos Valério, Fernanda Karina Somaggio; todos os processos de acompanhamento da execução dos contratos dos Correios; a lista com os dez maiores contratos de franquia de agências da estatal; e a relação de todos os contratos comerciais da empresa entre 1991 e 2005.

Rebanhos

Também foram aprovadas a requisição dos atestados de vacinação para identificar a propriedade dos rebanhos de gado de Marcos Valério; a realização de reunião reservada com integrantes do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras); a requisição dos relatórios produzidos por esse órgão sobre as agências DNA e SMP&B; a tomada de depoimento do seu presidente, Antônio Gustavo Rodrigues; e a requisição de cópia do depoimento da secretária Fernanda Somaggio à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados. Os requerimentos foram aprovados por 18 votos favoráveis, contra um, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

Houve ainda discussão sobre o período de abrangência da quebra dos sigilos das agências de publicidade de Marcos Valério. Governistas e opositores levantaram questões sobre quem seria o “responsável pela crise” e quanto as agências receberam do atual governo e na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.



EQUILÍBRIO Efraim, entre Agripino e Mozarildo, oferece relatoria a governistas para assegurar o "contraditório"

Efraim fixa prazo para base governista indicar relator

O governo deve indicar o relator da CPI dos Bingos até o meio-dia de hoje, quando deve ocorrer a segunda reunião da comissão. O anúncio foi feito ontem, em Plenário, pelo presidente do colegiado, senador Efraim Morais.

A ausência de parlamentares governistas na reunião de instalação da CPI foi avaliada por Efraim como uma tentativa de boicote aos trabalhos da comissão. O presidente, que poderia indicar o relator a seu critério, ofereceu o cargo à base governista para que houvesse o "contraditório" no colegiado.

– Entendemos que o presidente e o relator não devem ser do mesmo lado – sustentou Efraim, lamentando que esse preceito, que ajuda a equilibrar os trabalhos, não foi seguido pelo governo no caso da CPI dos Correios, cujos presidente e relator são da base governista.

Mozarildo Cavalcanti, eleito vice-presidente da CPI, propõe que seja requisitada a documentação coletada pela Polícia Federal e pela CPI da Loterj, que investigou, no Rio de Janeiro, a gestão de Waldomiro Diniz na presidência da lotérica daquele estado.

Mercadante nega tentativa de boicote às investigações

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), refutou a tese de boicote à CPI dos Bingos e defendeu a apuração de todas as denúncias.

– O presidente Luiz Inácio Lula da Silva queria acabar com os bingos, mas a oposição impediu. Talvez, com as investigações, o Senado chegue à conclusão de que extinguir essas casas de jogos seja o melhor caminho.

Estavam na reunião de instalação da CPI apenas dois senadores governistas, Paulo Paim e Magno Malta, este o autor do requerimento que originou sua criação. Paim afirmou que não havia nenhuma orientação para boicotar a reunião e evitar o quórum.



Moreira Moritz

FIM Mercadante: extinguir bingos pode ser o melhor caminho a se tomar



Lideranças do PMDB comunicam ao presidente Lula que maioria de senadores e deputados apóia o pacto pela governabilidade. Deputado Roberto Jefferson depõe hoje na CPI dos Correios

Dia atípico atrasa trabalhos, diz Delcídio

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI dos Correios, declarou que vários fatores prejudicaram o andamento dos trabalhos da comissão, ontem. Delcídio citou a votação da PEC Paralela da Previdência, no Senado, deliberações importantes na Câmara e a reunião das lideranças partidárias com os produtores rurais que promoveram, em Brasília, o "Tratoração".

Após a votação dos requerimentos de quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico do empresário Arthur Wascheck e do publicitário Marcos Valério, a reunião foi interrompida sucessivas vezes e, ao final do dia, a oitiva com os ex-diretores dos Correios foi transferida para hoje, antes do depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

– Foi um dia absolutamente atípico, mas o esforço que fizemos para ouvir os diretores demonstra nosso desejo de apurar os fatos. Se eu não quisesse que as coisas andassem, poderia recorrer ao regimento e suspender os trabalhos – declarou o presidente, referindo-se ao fato de que o Regimento Comum do Congresso estabelece que as comissões não podem deliberar quando há votações no Plenário do Senado.

Continuidade

Delcídio disse acreditar que a votação da PEC Paralela não atrapalhará o depoimento de Roberto Jefferson, já que a sessão deliberativa acontecerá de manhã, ao passo que o depoimento do deputado está marcado para as 14h. No entanto, ele afirmou que, caso os eventos coincidam e algum parlamentar apresente questão de ordem pedindo a suspensão do depoimento, será necessário fazer cumprir o regimento.

O presidente garantiu que controlará rigidamente o tempo das intervenções dos parlamentares durante as oitivas dos diretores, para evitar que elas se alonguem. Ele frisou que, apesar das divergências partidárias, seu interesse é "buscar a verdade".

Renan: CPIs devem focar no que o povo quer saber

■ Presidente do Senado busca acordo com líderes sobre comando das comissões de inquérito

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse, em entrevista na manhã de ontem, que, no trabalho das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), o Congresso tem que focar a investigação naquilo que a sociedade quer saber. Dessa forma, acrescentou, as CPIs não serão obstáculo ao trabalho legislativo.

Renan informou que vai conversar com os líderes para tentar chegar a um acordo na escolha dos nomes dos relatores e presidentes das novas CPIs



Jane Araújo
COMPATIBILIDADE Renan acredita que CPIs não serão obstáculo ao trabalho legislativo

que deverão ser instaladas: a dos Bingos e a das Privatizações. Os líderes já indicaram os nomes para a composição dessas duas comissões.

A CPI dos Bingos deverá investigar a suposta ligação de

casas de bingo com o crime organizado e denúncias de corrupção contra o ex-assessor da Casa Civil da Presidência Waldomiro Diniz, flagrado cobrando propina do empresário do ramo de jogos Carlinhos Cachoeira.

Já a CPI das Privatizações concentrará a investigação no Programa Nacional de Desestatização (PND), de 1990 a 2004, e nos critérios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para conceder empréstimos nos processos de privatização.

A CPI do Mensalão poderá ser objeto de acordo entre os líderes na Câmara dos Deputados, pois deverá apurar as acusações do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) sobre a compra de votos de deputados.

"Presidente gostaria de contar com todo o PMDB"

Renan Calheiros afirmou ontem que, apesar dos esforços, não foi desta vez que o PMDB concordou em participar unido do governo. Classificando como "institucional" a conversa que teve com o presidente da República, juntamente com o senador José Sarney (PMDB-AP), o presidente do Senado destacou que Lula reafirmou o convite ao PMDB para formalizar um governo de coalizão e elogiou o esforço para que o partido decidisse o embarque no governo como um todo.

– Nós tentamos, todos viram, mas, infelizmente, não deu. Nós não falamos de reforma ministerial, mas da necessidade de melhorarmos o diálogo institucional neste momento dramático da vida do país. Ele disse que gostaria de ter o PMDB como um todo, mas está muito feliz com os 90% da bancada do Senado e com os quase dois terços da bancada na Câmara dos Deputados. O PMDB cumpre um papel estratégico no esforço de composição da maioria congressual – observou o senador.

Renan assinalou que as decisões das bancadas nas duas Casas, dando apoio à governabilidade, levaram a direção do partido a cancelar a realização da convenção que estava marcada para o próximo dia 10. Para ele, isso significa que o PMDB está consciente do seu papel na manutenção da governabilidade e que quer colaborar com o esforço de construção da maioria parlamentar.

Renan assegurou que o presidente Lula quer fazer o mais rápido possível a reforma ministerial.

– A decisão da reforma é dele. Nunca pleiteamos ampliação de participação no governo. Ele pode ouvir ou não ouvir o PMDB. O que ele ouviu e ficou feliz e satisfeito é que o PMDB não vai faltar nessa hora com o seu governo e nem com o Brasil.



Jane Araújo

DEMOCRACIA Para Suassuna, minoria tem direito de expressar opinião

Bancadas do PMDB apóiam a governabilidade

As bancadas do PMDB na Câmara e no Senado divulgaram ontem nota na qual manifestam apoio ao pacto pela governabilidade, proposto pelo presidente Lula na última sexta-feira. Os líderes do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), e na Câmara, José Borba (PR), decidiram entregar a nota pessoalmente ao presidente Lula, durante almoço no Palácio do Planalto, para o qual foram convidados juntamente com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O documento não apenas apresenta o apoio à participação do PMDB no governo, mas também na elaboração de políticas públicas e na divisão de responsabilidade na gestão do país. Assinaram a nota 19 dos 22 senadores e 52 dos 85 deputados.

– A maioria tomou a decisão, mas a minoria não é obrigada a segui-la. Nosso partido é uma democracia e todos podem expressar sua opinião. Temos uma história grande no passado, uma determinação firme no presente e uma preocupação com três pontos: o primeiro é a governabilidade do país. O segundo é tentar a unidade do partido ao máximo, mesmo que haja divergência. O terceiro ponto é que podemos ter candidato próprio à Presidência da República caso tenhamos candidato à altura – afirmou Suassuna.



Rosevelt Pinheiro

DISCORDÂNCIA Mudanças feitas na Câmara representam rompimento de acordo, afirma Bornhausen

Bornhausen: PFL rejeita alteração na reforma política

O PFL não aceita o projeto de reforma política que foi aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e Especial das Coligações Eleitorais, da Câmara, na última sexta-feira, afirmou o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC). Alegando que a proposta diminui a cláusula de barreira, além de estabelecer um sistema de listas com reservas de mercado, o senador denunciou que houve rompimento de acordo.

– Estabeleceu-se uma reforma política fora daquilo que havia sido combinado com os maiores partidos [PSDB, PMDB, PT e PFL] – afirmou Bornhausen, que apontou vantagens no projeto do Senado e criticou as mudanças inseridas pelos deputados.

Atualmente, para ter direito a indicar representantes em comissões parlamentares e para dispor de tempo na televisão para propaganda gratuita, um partido precisa ter, a cada eleição, pelo menos 5% do total dos votos apurados para a Câmara. O projeto de reforma política diminui para 2% esse limite mínimo.

Renovação

Quanto às listas fechadas, o presidente do PFL entende que, ao garantir aos atuais parlamentares mais votados a cabeça das listas para as próximas eleições, a proposta desestimulará a renovação dos quadros e propostas partidárias. O amplo projeto de reforma aprovada pela Câmara inclui, entre outros pontos, o fim da verticalização e a adoção da lista fechada nas eleições.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) apoiou Bornhausen. Para Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a redução do total de votos de 5% para 2% não será suficiente para impedir as "legendas de aluguel".

Palocci deverá debater crise hoje em comissão

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, poderá comparecer hoje à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para debater a crise do setor agrícola, com destaque para os problemas enfrentados pelos produtores de arroz. A vinda de Palocci, no entanto, ainda depende de acerto entre a secretaria da comissão e a assessoria do ministro.

De acordo com os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Osmar Dias (PDT-PR), o arroz – principalmente aquele produzido no Sul do país – está sendo comercializado muito abaixo do custo de produção, causando enormes prejuízos aos ruralistas.

Há três meses, a CRA já havia aprovado requerimento, de autoria do senador Osmar Dias, solicitando audiência pública com Palocci para debater a crise que, segundo o parlamentar, já começava a aflorar. Mas o ministro, observou Osmar Dias, não atendeu ao convite, “como se esperasse a crise explodir, o que ocorreu”.



PREFERÊNCIA Substitutivo foi aprovado por unanimidade na Comissão de Agricultura, presidida por Sérgio Guerra (E)

Fome Zero pode comprar de agricultores familiares

■ Projeto dá prioridade aos pequenos produtores nas compras do governo para programas sociais

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) a projeto do senador Delcídio Amaral (PT-MS) que dá preferência aos pequenos produtores rurais nas compras do governo para programas de distribuição de alimentos – como o Fome Zero

– e para a merenda escolar. Os gêneros alimentícios serão adquiridos junto aos produtores da região onde serão distribuídos, de modo a alavancar a agricultura local.

Todos os senadores presentes à reunião aplaudiram o projeto, aprovado por unanimidade. Segundo eles, a proposta irá abrir um novo caminho para micro e pequenos ruralistas, que terão garantida a comercialização de seus produtos, longe da concorrência desleal de mercado. O projeto recebeu decisão terminativa. Para Delcídio, a proposta (PLS 36/03)

representa um sólido instrumento de fixação do homem no campo.

Na mesma reunião, a CRA aprovou substitutivo do senador Gerson Camata (PMDB-ES) a projeto (141/99) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que proíbe a penhora de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas dos produtores rurais. A exceção é para bens que tenham sido objeto de financiamento e estejam vinculados em garantia à operação financiada, ou respondam por dívida de natureza alimentar ou trabalhista.

Senador cobra atendimento às reivindicações

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), afirmou ontem que não há sintonia entre o setor rural e o governo. Ele sugeriu que a agricultura, principal responsável pelo equilíbrio da balança comercial brasileira, tenha as suas aspirações atendidas pelas autoridades.

Para Sérgio Guerra, que fez o comentário na abertura da reunião da CRA, o movimento “Tratoração – o Alerta do Campo”, que está acontecendo em Brasília, demonstra o vigor do setor rural brasileiro diante do que classificou de “contundente crise da produção nacional”.

O “Tratoração” reúne, na Esplanada dos Ministérios, cerca de 3 mil tratores e máquinas agrícolas, com o apoio de 15 mil produtores rurais. A manifestação tem por objetivo sensibilizar o governo para a crise enfrentada pelo setor, agravada pela defasagem cambial, pela queda de preços dos produtos e pela seca.



ENGANO Pavan destaca que as informações sobre o setor estão distanciadadas da realidade

Pavan diz que custo da tecnologia é alto

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) chamou a atenção para a manifestação dos produtores rurais afirmando que as informações que chegam ao público sobre o setor estão distanciadadas da realidade. Os agricultores “não estão ganhando rios de dinheiro”. Ele disse que os produtores rurais adotam tecnologia de Primeiro Mundo a um custo muito elevado.

– Fala-se do crescimento da agricultura, dos recordes sucessivos de produção de alimentos e da alta tecnologia utilizada, mas não se informa que esse sucesso todo ocorre às custas do endividamento do produtor rural – frisou o senador.

Maguito espera acordo para fim do impasse

Ao expressar seu apoio aos cerca de 15 mil agricultores que ocuparam as imediações do Congresso e do Palácio do Planalto, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu ontem uma solução negociada para o impasse.

– Acho que a agricultura brasileira nunca passou por uma fase tão negra como a atual. Pessoalmente alertei inúmeras vezes os ministros, falei com o ministro Antonio Palocci, com o ministro Roberto Rodrigues e milhares de pessoas próximas ao presidente Lula sobre a necessidade de atender as reivindicações dos agricultores – afirmou Maguito Vilela.



AVISO Maguito relata que alertou pessoalmente as autoridades sobre os problemas do setor



NEGOCIAÇÕES Com tratores, ruralistas ocuparam a frente do Congresso Nacional e ameaçaram invadir o prédio

Comissão dialoga com mais exaltados

O presidente do Senado, Renan Calheiros, designou ontem uma comissão para negociar com os agricultores que desde terça-feira estão acampados na Esplanada dos Ministérios e ameaçavam invadir o Congresso Nacional. Foram indicados para a comissão, coordenada pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Heloísa Helena (PSOL-AL), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Maguito Vilela (PMDB-GO), acompanhados pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

Jonas Pinheiro informou

que uma parte das reivindicações dos produtores rurais foi atendida pelo governo, como a disponibilização, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de R\$ 3 bilhões para pagamento da dívida com fornecedores, a juros em torno de 9% ao ano.

O senador acrescentou que existe divergência ainda quanto ao preço do arroz, estipulado pelo governo entre R\$ 22 e R\$ 23, enquanto os agricultores reivindicam R\$ 25. Outro problema, assinalou o senador, é a prorrogação das dívidas de custeio no Banco do Brasil. O governo aceita prorrogar o

pagamento apenas por um mês, o que os produtores não aceitam.

O senador José Agripino (PFL-RN) destacou que a inadimplência dos pequenos agricultores no Nordeste chega a 40%. A senadora Heloísa Helena frisou que os manifestantes gritavam palavras contra o Congresso porque este não se respeita, “funcionando como um anexo do Palácio do Planalto”.

O presidente do Senado destacou a importância do bom-senso neste momento, para que se possa negociar uma solução benéfica aos produtores.

Gerardo Magalhães



OBJETIVO Antonio Carlos (E), ao lado de Garibaldi Alves, Tasso Jereissati e Marco Maciel: substitutivo dá prioridade a programas sociais

Projeto de ACM para Sudene visa reduzir desigualdades

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou ontem o parecer e a proposta substitutiva ao projeto de lei da Câmara (PLC 59/04) que trata da recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A apresentação aconteceu no auditório da Interlegis (a comunidade virtual do Poder Legislativo brasileiro) e teve a participação, por meio de videoconferência, das assembleias legislativas dos estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia.

Promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o evento ainda contou com a participação dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Marco Maciel (PFL-PE), Patrícia Saboya (sem partido-CE), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Reginaldo Duarte (PSDB-CE).

De acordo com o substitutivo de Antonio Carlos, a nova

Sudene terá como prioridade programas sociais que visam diminuir a mortalidade infantil e as taxas de analfabetismo, aumentar a escolaridade e o acesso ao saneamento básico. Com isso, acredita o senador, haverá redução das desigualdades regionais do país e o desenvolvimento sustentável da região Nordeste. Outros objetivos da superintendência são a geração de emprego e renda, o processo de interiorização do ensino superior e o fortalecimento da infra-estrutura turística.

Para o presidente da CDR, Tasso Jereissati, um dos pontos fortes do substitutivo é possibilitar que a Sudene trabalhe o desenvolvimento socioeconômico para a região integrando as áreas de infra-estrutura, educação e saúde. O projeto também estabelece metas sociais e econômicas para o Nordeste.

Todos os senadores presentes elogiaram o substitutivo de Antonio Carlos e destacaram a atenção dispensada aos problemas sociais.

Azeredo: Lula erra cálculos sobre transposição

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apontou, mais uma vez, a divulgação de estatísticas incorretas em discursos do presidente Lula. O mais recente erro teria vindo a público durante pronunciamento à nação, semana passada, quando o presidente Lula disse que 12 milhões de famílias seriam beneficiadas na região Nordeste pela transposição do rio São Francisco.

Azeredo observou que 12 milhões de famílias reuniriam uma população de 48 a 60 milhões de pessoas, ao passo que toda a região Nordeste conta com pouco mais de 47 milhões



NÚMEROS Segundo Azeredo, beneficiários são 3 milhões de pessoas e não 12 milhões de famílias

de habitantes. O número de beneficiários da transposição, conforme Azeredo, chegaria a cerca de 3 milhões de pessoas nos estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará.

– Levaram o presidente Lula a cometer um exagero demográfico enorme. É preciso que os assessores preparem números mais adequados – afirmou.

Embaixadora quer acordo com a União Européia

■ Indicação de Maria Celina é aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e vai ao Plenário

A reativação das negociações para a realização de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia foi apontada pela embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues como prioridade na sua missão de representante permanente do Brasil junto à União Européia. Sua indicação para o cargo recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será examinada pelo Plenário.

Maria Celina observou que a Europa já é responsável por 31% das exportações brasileiras e que o superávit do Brasil no comércio com a União Européia encontra-se atualmente na casa de US\$ 8 bilhões. Mesmo assim, advertiu que a América Latina não está entre as prioridades do momento do Velho Continente, que experimenta



RELEVÂNCIA Maria Celina (à esquerda, ao lado de Eduardo Azeredo) lembra que a Europa já é responsável por 31% das exportações brasileiras

uma crise política após a vitória do "não" no plebiscito francês a respeito da nova Constituição europeia.

– Estamos na borda da telinha de radar dos europeus e devemos nos concentrar em nos colocar mais ao centro dessa tela. Um dos elementos importantes para isso será a negociação do acordo Mercosul-União Européia, que está parado, estagnado, e vamos ver se o reativamos após as férias europeias – disse Maria Celina em sua exposição inicial à comissão.

A designação da embaixadora recebeu o voto favorável do relator, Marco Maciel (PFL-

PE), que demonstrou especial interesse em conhecer a opinião da diplomata a respeito da possibilidade de ainda ser aprovada a nova Constituição europeia. Em resposta, ela informou que já se discute a hipótese de convocação de uma assembleia constituinte europeia, que poderia reexaminar o texto atual.

Também recebeu parecer favorável da comissão a indicação de Edmundo Sussumu Fujita para embaixador na Indonésia. A mensagem presidencial contou com voto favorável do relator Arthur Virgílio (PSDB-AM).



Roosevelt Pinheiro

ADVERTÊNCIA Para Marcelo Crivella, jovens arriscam sua vida e dignidade

Crivella tenta libertar brasileiros presos nos EUA

Marcelo Crivella (PL-RJ), vice-presidente da CPI da Emigração Ilegal, que acaba de voltar dos Estados Unidos, onde visitou alguns dos mais de 20 mil brasileiros presos como imigrantes ilegais, anunciou que manteve conversas com as autoridades norte-americanas na tentativa de libertá-los e trazê-los de volta ao Brasil.

– É a terceira vez que vou aos Estados Unidos com esse propósito, mas a experiência continua sendo chocante, porque o número de brasileiros nessa situação sobe exponencialmente – lamentou o senador.

Crivella esteve em Miami, onde, segundo ele, há “uma explosão de empregos”. Lá sobram vagas e faltam pessoas para trabalhar, relatou o senador. De um lado, explica, estão os brasileiros presos porque querem trabalhar e, de outro, serviços deficientes nos Estados Unidos por falta de mão-de-obra.

– Nossos jovens arriscam sua vida e dignidade em busca de trabalho remunerado nos Estados Unidos porque temos uma política macroeconômica suicida, que atende exclusivamente aos interesses do capital financeiro especulativo. No Brasil, desemprego e subemprego representam hoje 30% da população economicamente ativa – desabafou.

Mozarildo defende maior diálogo com a Venezuela

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um breve registro sobre a 7ª Reunião Binacional Brasil e Venezuela para o desenvolvimento fronteiriço, evento do qual participou representando a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A intenção do senador é, com base nas conclusões do encontro, promover um debate com representação dos dois países na CRE.

Se Brasília, centro político-governamental, e São Paulo, centro econômico-financeiro do país, mantêm relações proveitosas com Caracas, capital da Venezuela, o mesmo não se pode dizer, comentou Mozarildo, de Roraima e outras áreas da região amazônica contíguas ao território venezuelano. Situação semelhante enfrentam também, conforme acrescentou, as cidades fronteiriças da Venezuela.

Mozarildo aponta dificuldades nas esferas comercial e de transportes, reivindicando que a integração entre os dois países não se resume às vias marítima e aérea. Dessa forma, cobrou melhorias na integração por meio da BR-174, que liga Boa Vista (RR) a Caracas e o município de Santa Helena, na Venezuela, a Pacaraima (RR) e ao Amazonas.



Roosevelt Pinheiro

EMPECILHO Mozarildo aponta dificuldades na integração

Comissão monitora ações contra a exploração sexual

■ Colegiado foi criado para cobrar medidas sugeridas pela CPI que investigou abuso sexual contra crianças

A comissão temporária criada para acompanhar a implantação das recomendações contidas no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual aprovou ontem um roteiro de trabalho com ações que deverão ser cumpridas até o dia 15 de dezembro. O documento prevê a realização de audiências públicas e atividades de integração com diversos organismos governamentais, como o Ministério Público Federal e

o Ministério da Justiça.

A próxima reunião do colegiado, que é presidido pela senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE), será realizada no dia 10 de agosto, para que a relatora do colegiado, deputada Maria do Rosário (PT-RS), possa apresentar o calendário de atividades que será elaborado durante o período de recesso parlamentar.

A CPI da Exploração Sexual concluiu seus trabalhos no ano passado. A comissão realizou audiências públicas e diligências em 22 estados e recomendou às autoridades competentes o indiciamento de 250 pessoas. Foram presas mais de cem pessoas, com a quebra do sigilo telemático de alguns provedores da Internet.

Patrícia lembrou que alguns órgãos, como o Ministério do Turismo, têm realizado trabalho exemplar contra a exploração sexual infantil, mas que é obrigação dos parlamentares que participaram da comissão cobrar de todos os órgãos as providências sobre o que foi investigado pela CPI. Por isso, a parlamentar garantiu que senadores e deputados vão visitar pessoalmente o procurador-geral da República e o ministro da Justiça para cobrar a aplicação das propostas do relatório.

–As crianças, os adolescentes e suas famílias, que viram suas vidas destruídas pela exploração sexual, precisam de uma resposta da Justiça e do Parlamento – ressaltou a presidente da comissão.



PREVISÃO Em audiência na CE, presidida por Hélio Costa (D), ministro Tarso Genro informou que o texto final da reforma deve ser entregue até fim de julho

Para Tarso, reforma universitária pode promover inclusão social

O ministro da Educação, Tarso Genro, ressaltou aspectos de inclusão social do projeto de reforma universitária, durante audiência realizada ontem pela Comissão de Educação (CE). Ele destacou as cotas para os afrodescendentes, a obrigatoriedade de um terço de vagas no turno noturno e outras formas de ingresso que não o vestibular como maneiras de permitir “maior porosidade social”.

O presidente da CE, Hélio Costa (PMDB-MG), afirmou que o projeto toca em “pontos sensíveis” da educação brasileira. Costa destacou, entre eles, a questão do ensino noturno, que possibilita ao trabalhador freqüentar a escola, abrindo a possibilidade a um segmento da sociedade que estava impedido de estudar. O ministro informou que o texto final deve

ser entregue ao presidente da República em 28 de julho.

Sobre a erradicação do analfabetismo, levantada por Eduardo Suplicy (PT-SP), o ministro disse que os programas com essa finalidade integram ações de inclusão social. Já o senador Gerson Camata (PMDB-ES) opinou que o Programa Universidade para Todos (ProUni), o sistema de cotas e a interiorização do ensino fixam o homem ao campo de forma mais eficiente do que os projetos de reforma agrária.

Em resposta a Nezinho Alencar (PSB-TO), Tarso afirmou ser “um equívoco” considerar que os alunos que entram na universidade pelo sistema de cotas estão menos preparados. Para o senador Paulo Paim (PT-RS), o sistema é importante para as pessoas mais pobres.



PLANO Presidida por Patrícia (entre Fátima Cleide e Maria do Rosário), comissão temporária aprovou roteiro de trabalho

Diagnóstico da fibrose cística é debatido

A padronização do atendimento aos portadores da fibrose cística e a realização gratuita do exame de diagnóstico em todo o Brasil foram debatidas ontem na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A audiência, solicitada pelo senador Flávio Arns (PT-PR), contou com a presença de portadores da doença, de médicos, representantes do Ministério da Saúde, do Ministério Público Federal e de entidades que estudam o mal, causado por distúrbios nas secreções de algumas glândulas.

– A fibrose cística deve ser identificada cedo, para que os seus portadores sejam atendi-



AUDIÊNCIA Subcomissão presidida por Papaléo (terceiro à direita) reúne especialistas, portadores da doença e representantes do governo e da sociedade

dos – ressaltou Arns.

A doença pode ser diagnosticada por meio do exame conhecido como teste do pezinho, gratuito apenas em Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná. O valor repassado para realização do teste nos demais estados

foi abordado nos debates. Medidas para reduzir custos do tratamento também foram discutidas. Arns constatou que algumas das questões poderiam ser resolvidas com decisões burocráticas, mas outras demandariam mais debates.

Ideli anuncia pacote para construção civil

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comunicou que nos próximos dias o governo federal deverá anunciar um pacote de medidas visando reduzir tributos incidentes nos materiais de construção. A idéia, disse a senadora, é do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, que pretende incluir essa desoneração fiscal no texto da medida provisória que reduz impostos para investimentos. A MP tramita na Câmara desde o último dia 15.

– O ministro anunciou que está elaborando um *kit* com propostas de redução de tributos que incidem sobre materiais como cimento, tintas e



INCENTIVOS Medida inclui redução de tributos sobre materiais usados em pequenas reformas, diz Ideli

outros produtos usados para pequenas reformas. Ele quer contemplar o comércio de formiguinha – disse a senadora.

Ideli afirmou que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva já adotou diversas providências em benefício do setor da construção civil, o que teria provocado, segundo ela, a maior geração de empregos no setor da última década.